

VIOLÊNCIA CONTRA À MULHER REGISTRADA NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2006 à 2011.

Andreia Brito Magalhães³⁰

Helen Cristina Cordeiro Lima³¹

Maria Isabel Barbosa Dias Correia³²

Lincoln Agudo Oliveira Benito³³

Miguel Ângelo Montagner³⁴

RESUMO:

Tratou-se de um estudo que utilizou enquanto referencial teórico-metodológico pesquisa retrospectiva e comparativa potencializada por uma abordagem quantitativa e que se propôs a analisar a questão da violência contra a mulher, registrada no Brasil no recorte histórico formado pelos anos de 2006 a 2011. Para a aquisição dos subsídios necessários a construção do presente estudo, foram solicitados formalmente dados junto a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SNEVM) da Presidência da República (RP), sendo as mesmas caracterizadas enquanto fontes primárias. As fontes secundárias derivaram de buscas bibliográficas informatizadas implementadas em base de dados eletrônicos nacionais e internacionais (BIREME®, CUIDEN®, LILACS®, MEDLINE®, MINERVA-UFRJ®, SABER-USP®, SCIELO®, TESES-FIOCRUZ®). Por meio dos dados foi possível evidenciar que no período analisado, foram registrados um total de 555.204 casos de violência contra a mulher em suas várias formas (física, psicológica, moral, sexual, patrimonial e outras). Dentre os tipos de violência registradas a física foi aquela que somou a maior frequência, efetivando um total de 30,36% (n=168.561), já a menor frequência identificada foi a patrimonial que somou um total de 0,80% (n=4.495). O estudo demonstrou ainda que nos anos de 2006 a 2010, houve um aumento nos registros de casos de violência contra a mulher, sendo que esse número sofreu uma redução apenas no ano de 2011. A violência contra a mulher se representa enquanto ruidoso fenômeno que poderá permitir o surgimento de complicações tanto de ordem direta quanto indireta na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência; Mulher; Saúde Pública.

³⁰ Graduada em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Faculdade LS.

³¹ Graduada em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Faculdade LS.

³² Graduada em Enfermagem da Faculdade de Enfermagem da Faculdade LS.

³³ Mestre em Gerontologia pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Professor da Faculdade de Enfermagem da Faculdade LS.

³⁴ Doutor em Saúde Coletiva (UNICAMP). Docente da Universidade de Brasília (UnB).

ABSTRACT:

This was a study that used as a theoretical and methodological research retrospective and comparative enhanced by a quantitative approach and that set out to analyze the issue of violence against women registered in Brazil in historical view formed by the years 2006 to 2011. To acquire the necessary subsidies to build the present study were formally requested National Bureau to Combat Violence against Women (SNEVM) of the Presidency of the Republic (PR) data, that was characterized as primary sources. Secondary sources were derived from computerized bibliographic research implemented in national and international electronic database (BIREME®, CUIDEN®, LILACS®, MEDLINE®, MINERVA-UFRJ®, SABER-USP®, SCIELO®, THESES-FIOCRUZ®). Through the data it became clear that during the analyzed period were recorded a total of 555.204 cases of violence against women in its various forms (physical, psychological, moral, sexual, and other assets). Among the types of violence reported to the physical type was the one that recorded the highest frequency effecting a total of 30,36% (n=168.561), otherwise the lowest was the heritage, in a total of 0,80% (n=4495). The study also showed that in the 2006 to 2010, there was an increase of reported cases of violence against women, and that number was reduced only in 2011. Violence against women is represented as a phenomenon that may allow the emergence of directly or indirectly society complication.

KEYWORDS: Violence, Women Public Health.

INTRODUÇÃO:

A violência desenvolvida contra a mulher é na atualidade reconhecida enquanto um tema de grande preocupação social, além de grande e crescente problema de saúde pública sendo identificado em nações desenvolvidas e em desenvolvimento e, tendo ruidosas consequências de curto, médio e longo prazo para pessoas, famílias, comunidades (LIMA et al, 2008).

Nesse sentido, o conceito de violência contra as pessoas do sexo feminino e também, que tem por base a questão primordialmente de gênero, recentemente se constitui enquanto um fenômeno complexo, multifacetado e, com raízes histórico-culturais, que se permeia por questões de ordem inclusive étnico-raciais, além de classe e de geração social (OKABE e FONSECA, 2009).

Historicamente, o ser feminino vem sofrendo vários tipos de violência, seja no âmbito familiar, no trabalho, ou ainda na ausência de respostas das tão necessárias políticas públicas de saúde de, objetivando ampliar a qualidade de acompanhamento à gestação, ao puerpério, no climatério e principalmente nas situações de violência a que a mesma se encontra vulnerável (GARCIA et al, 2008).

A Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou seus esforços contra essa perigosa e crescente forma de violência já na década de 50, com a idealização e implementação da importante Comissão de Status da Mulher, que formulou entre os anos de 1949 e 1962, uma série de tratados internacionais, baseados em provisões da Carta das Nações Unidas e que, afirma expressamente os direitos iguais entre pessoas do sexo masculino e feminino e, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que sustenta que todos os direitos e liberdades humanos devem ser aplicados igualmente, sem nenhuma distinção de qualquer natureza (LUCENA et al, 2012).

Nesse sentido, o fenômeno violência pode ser caracterizado enquanto o “uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio ou contra outra pessoa, grupo ou comunidade, que resulte ou possibilite resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (VIEIRA et al, 2008). A complexidade que envolve a problemática da violência contra o ser feminino, abarca as formas de violência física, violência sexual, violência emocional ou ainda psicológica (ARANTES et al, 2010).

Em alguns estudos científicos é identificado que, o fenômeno da violência se constitui ainda enquanto “a negação do ser humano, do ser sujeito caracterizado só como uma violação de direitos humanos, incluindo a dos direitos reprodutivos e sexuais para as mulheres, na perspectiva jurídico-legal (SCHRAIBER et al, 2009).

Assim, o uso de bebida etílica, drogas ilícitas e ainda, o desemprego, a falta de afeto e de diálogo, dentre muitas outras questões, se representam enquanto os principais fatores de riscos desencadeantes das violências contra o ser feminino (VIEIRA et al, 2008).

A complexidade da referida temática se apresenta inclusive enquanto forma de violência doméstica (que pode ser psicológica, sexual, física, moral e patrimonial), da violência sexual, do abuso e da exploração sexual promovida principalmente contra mulheres, adolescentes e jovens, na forma de assédio sexual no trabalho, do assédio moral, do tráfico de mulheres em suas várias categorias e representações, e também na forma de violência institucional (FONSECA et al, 2009).

Numa importante publicação e, simulando o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo pai de seus filhos, ex-marido ou ainda, pelo atual companheiro, esse degradante

fenômeno chega a ser de aproximadamente oito (8x) vezes maior do que sofrer algum ataque violento na rua ou no local de trabalho (LIMA et al, 2008).

Já no setor saúde, a questão passa a ter suma importância com a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) instituído na década de 80 do século passado (1980), com a proposta de explorar questões de gênero e abordar as necessidades integrais de saúde da mulher em toda a sua plenitude e singularidade (BORSOI et al, 2009).

Desenvolvido por meio do acolhimento disponibilizado no setor de saúde e, definido enquanto um aspecto essencial da importante política de humanização, o mesmo implica enquanto a recepção do ser mulher, desde sua chegada à Unidade de Saúde (US), se responsabilizando por ela, ouvindo de forma atenta suas queixas e também, permitindo com que a mesma se expresse e exponha suas preocupações, angústias e, garantindo atenção resolutiva ao problema emergente e violento (BOMFIM et al, 2010).

O combate à violência contra as mulheres inclui o estabelecimento e cumprimento de normas penais que garantam a punição e a responsabilização dos agressores/autores de qualquer uma das numerosas formas de violência infligida contra as mulheres (BARROS et al, 2011). As agressões têm sido minimizadas com a criação de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs) que passaram a ser responsáveis pelo registro e apuração de crimes, pelo seu enfrentamento e prevenção, representando, assim, o início da desnaturalização e do controle dessa ação violenta e perigosa (SANTOS et al, 2010).

A partir dos anos 90, além de remeter o problema à área da justiça e da polícia, que demonstraram interesse na incorporação do tema, o movimento de mulheres se inicia por meio de novas estratégias. A discussão da violência contra a mulher foi remetida estratégica e conscientemente para três (03) campos principais, sendo os mesmos o dos direitos humanos, o da saúde e o do desenvolvimento social, os três (03) já consolidados e reconhecidos internacionalmente (GOMES et al, 2011).

Nesse sentido e, por meio da Lei de número 11.340, de 07 de agosto de 2006, conhecida enquanto Lei Maria da Penha e, em seu artigo 1º, este documento legislativo cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal (CF), da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

A Lei Maria da Penha, que fortalece a mulher no momento de decisão sobre a denúncia, tendo em vista a pena de detenção e também o afastamento do agressor, pode ser solicitado através de medidas protetivas quando a mulher está em situação de risco (GADONI-COSTA et al, 2009; GARCIA et al, 2008). Já em seu artigo sétimo (7º), o referido “diploma legislativo” aborda, também, várias espécies de violência doméstica e familiar contra a mulher e, como inovação, além da violência física, psicológica e sexual, traz a violência nas categorias patrimonial e moral (PINTO, 2009).

OBJETIVO

Analisar o fenômeno da violência registrada contra a mulher em todo o Brasil, entre os anos de 2006 a 2011.

MATERIAIS, MÉTODOS E PROCEDIMENTOS:

O referencial teórico-metodológico se caracterizou enquanto pesquisa retrospectiva e comparativa, potencializada por uma abordagem quantitativa e que se propôs a analisar a questão da violência dirigida contra a mulher, no recorte geográfico constituído de todo o Brasil e, no recorte histórico formado pelos anos de 2006 a 2011.

Para a aquisição dos subsídios necessários à construção do presente estudo, foram solicitados formalmente dados junto a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SNEVM) da Presidência da República (RP), sendo as mesmas caracterizadas enquanto fontes primárias. As fontes secundárias derivaram de buscas bibliográficas informatizadas implementadas em base de dados eletrônicos nacionais e internacionais (BIREME®, CUIDEN®, LILACS®, MEDLINE®, MINERVA-UFRJ®, SABER-USP®, SCIELO®, TESES-FIOCRUZ®).

As palavras-chave utilizadas foram adquiridas por meio dos DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), sendo os mesmos “violência contra a mulher” número do registro (50239), “Direitos da Mulher” número do registro (15331) e “Saúde da mulher” número de registro (29154).

Para organização dos dados adquiridos foi utilizado o software Microsoft Office Excel 2010® for Windows®. Também foi implementada análise estatística, verificando a presença de

relação existente entre as categorias pesquisadas. Objetivando permitir melhor análise dos dados adquiridos, os mesmos foram organizados na forma de tabelas.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS:

Durante o processo de organização e análise de dados adquiridos, foram identificadas seis (06) categorias analíticas, estando as mesmas relacionadas ao fenômeno violência contra o ser feminino. As categorias citadas foram o “tipo de violência sofrida”, “tipo de violência psicológica sofrida”, “tipo de violência sexual sofrida”, tipo de violência patrimonial sofrida”, “tipo de relação do agressor com a vítima” e “frequência temporal da violência sofrida”.

Analisando a questão da violência doméstica sofrida por pessoas do sexo feminino entre os anos de 2006 a 2011, foi possível perceber um universo de 236.217 casos registrados. Nesse bojo, o ano de 2010 foi aquele que registrou maior frequência somando um total de 40,60% (n=95.905) e o ano que registrou a menor frequência foi 2007, somando 5,70% (n=13.471) casos, conforme exposto junto a tabela de número 01.

Na categoria “lesão corporal gravíssima”, foram registrados um total de 1.348 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele que somou a maior frequência efetivando 61,20% e o ano de 2009 a menor registrando 2,60% (n=34) casos. Já na categoria que analisou a questão da violência física relacionado à categoria “lesão corporal grave”, os registros apontaram que no ano de 2010 foi obtido o maior percentual efetivando um total de 41,30% (n=4.355) casos e, no ano de 2009 foi registrado um total de 5,00% (n=515) casos.

Nos casos de violência física relacionada à categoria de “lesão corporal leve”, foi registrado no ano de 2010 o maior índice quantitativo com 38,00% (n=58.720) casos, e no ano de 2006 foi verificado um total de 4,50% (n=6.982) registros. Já nos casos de violência física relacionada a categoria de “homicídios”, foi possível verificar que o ano de 2007 obteve o maior somatório efetivando um total de 41,80% (n=79) dos casos e, no ano de 2009 se constatou um total de 2,60% (n=05) casos.

A violência física relacionada à categoria “tentativa de homicídio” no ano de 2010, obteve o maior somatório efetivando 20,60% (n=297) dos casos registrados e, no ano de 2009 se obteve o menor somatório com o quantitativo de 11,70% (n=169) casos.

Observando a frequência de casos relatados de violência psicológica relacionado à categoria “dano emocional/autoestima”, foi evidenciado um total de 20.396 casos registrados, sendo que, no ano de 2010 se obteve um total de 48,30% (n=9.846) casos e, no ano de 2009 se obteve um total de

18% (n=3.694) registros, conforme exposto junto a tabela de número 02. Nos anos de 2006, 2007 e 2008, não foram registrados nenhum caso nesta categoria analítica.

TABELA 01- Frequência de violência registrada contra a mulher no Brasil, entre os anos de 2006 a 2011, por tipo:

Tipo: Violência doméstica		
Ano	Frequência	%
2011	65.851	27,90
2010	95.905	40,60
2009	37.910	16,00
2008	23.080	9,80
2007	13.471	5,70
Total	236.217	100
Tipo: Lesão corporal gravíssima		
2011	158	11,80
2010	421	31,20
2009	34	2,60
2008	116	8,60
2007	266	19,80
2006	353	26,00
Total	1.348	100
Tipo: Lesão corporal grave		
2011	1.277	12,00
2010	4.355	41,30
2009	515	5,00
2008	800	7,60
2007	1.827	17,30
2006	1.769	16,80
Total	10.543	100
Tipo: Lesão corporal leve		
2011	44.279	28,50
2010	58.720	38,00
2009	21.283	13,70
2008	12.967	8,30
2007	10.802	7,00
2006	6.982	4,50
Total	155.042	100,00
Tipo: Homicídio		

2011	26	13,70
2010	45	24,00
2009	5	2,60
2008	14	7,40
2007	79	41,80
2006	20	10,50
Total	189	100
Tipo: Tentativa de homicídio		
2011	213	15,00
2010	297	20,60
2009	169	11,70
2008	264	18,30
2007	211	14,60
2006	285	19,80
Total	1.439	100

FONTE: Presidência da República (PR), 2012.

Já quando analisada a frequência de relatos de violência psicológica relacionados à categoria “negligência”, foi verificado no período analisado um total de 20.396 casos registrados, sendo que o ano de 2006 obteve o maior índice efetivando um total de 75% (n=248) casos, e no ano de 2009 se constatou a menor frequência, com um total de 2,40% (n=08) registros. Nos anos de 2010 e 2011 não foram identificados registros nesta categoria analítica.

TABELA 02- Frequência de violência psicológica registrada contra a mulher no Brasil, entre os anos de 2006 a 2011, por tipo:

Frequência de violência psicológica		
Tipo: Dano emocional/autoestima		
Ano	Frequência	%
2011	6.856	33,70
2010	9.846	48,30
2009	3.694	18,00
2008	-	-
2007	-	-
2006	-	-
Total	20.396	100
Tipo: Negligência		
2011	-	-

2010	-	-
2009	8	2,40
2008	20	6,00
2007	55	16,60
2006	248	75,00
Total	331	100
Tipo: Ameaça		
Ano	Frequência	%
2011	9.393	20,60
2010	15.328	33,60
2009	9.069	20,00
2008	6.558	14,30
2007	3.879	8,50
2006	1.354	3,00
Total	45.581	100
Tipo: Perseguição		
2011	674	17,60
2010	1.018	26,60
2009	738	19,30
2008	737	19,20
2007	375	10,00
2006	281	7,30
Total	3.823	100
Tipo: Assédio moral		
2011	69	20,20
2010	139	40,80
2009	46	13,50
2008	25	7,30
2007	28	8,20
2006	34	10,00
Total	341	100

FONTE: Presidência da República (PR), 2012.

Na frequência de relatos de violência psicológica relacionado à categoria “ameaça”, foi verificado um total de 45.581 casos registrados, sendo que o ano de 2010 obteve o maior somatório efetivando um total de 33,60% (n=15.328) casos, e o ano de 2006 obteve a menor frequência registrando um total de 3% (n=1.354).

Já quando analisado a frequência de relatos de violência psicológica relacionado à categoria “perseguição”, foi possível constatar um somatório total de 3.823 casos registrados, sendo que o ano de 2010 aquele que obteve a maior frequência registrando um total de 26,60% (n=1.018) casos, e o ano de 2006 a menor frequência com 7,30% (n=281) casos identificados.

Já na frequência de relatos de violência psicológica relacionado à categoria “assédio moral”, foi verificado um total de 341 casos registrados, sendo o ano de 2010 obteve a maior frequência com 40,80% (n=139) casos, e o ano de 2008 registrou a menor frequência com 7,30% (n=25).

Já nos casos de relatos de violência sexual relacionado a categoria “assédio sexual” registrados no período em análise, foi verificado um somatório de 387 casos, sendo que o ano de 2010 obteve um total de 36,40% (n=141) casos, e no ano de 2006 e 2008 respectivamente, se constatou um total de 5,70% (n=22) em cada um dos anos, conforme exposto junto a tabela de número 03.

TABELA 03 - Frequência de violência sexual registrada contra a mulher no Brasil, entre os anos de 2006 a 2011, por tipo:

Frequência de violência sexual		
Tipo: Assédio sexual		
Ano	Frequência	%
2011	81	21,00
2010	141	36,40
2009	37	9,50
2008	22	5,70
2007	84	21,70
2006	22	5,70
Total	387	100
Tipo: Atentado violento ao pudor		
2011	-	-
2010	167	40,70
2009	87	21,20
2008	88	21,50
2007	37	9,00
2006	31	7,60
Total	410	100
Tipo: Estupro		
2011	911	25,30
2010	1.467	40,80
2009	390	10,90

2008	303	8,40
2007	277	7,70
2006	246	6,90
Total	3.594	100
Tipo: Exploração sexual		
2011	306	30,50
2010	543	54,00
2009	62	6,00
2008	38	4,00
2007	34	3,40
2006	21	2,10
Total	1.004	100

FONTE: Presidência da República (PR), 2012.

A frequência de relatos de violência sexual relacionado à categoria “atentado violento ao pudor” registrado no ano de 2010, foi identificado um somatório total de 40,70% (n=167) casos, e no ano de 2006 foi evidenciado um total de 7,60% (n=31) registros. Já quando analisado a frequência de relatos de violência sexual relacionado à categoria “estupro”, foi evidenciado que o ano de 2010 obteve o maior somatório efetivando 40,80% (n=1.467) casos, e no ano de 2006 se constatou um total de 6,90% (n=246) registros.

Na frequência de relatos de violência sexual relacionado à categoria “exploração sexual”, foi constatado que no ano de 2010 se somou o maior índice efetivando 54% (n=543) dos casos, e no ano de 2006 foi evidenciado a menor frequência num total de 2,10% (n=21) registros.

Quando analisado a frequência de relatos de “violência patrimonial” registrados no período em análise, se observou que o maior somatório foi identificado no de 2010 efetivando 41% (n=1.840) e, no ano de 2007, contatou-se um total de 3,40% (n=152) registros, conforme exposto junto a tabela de número 04.

TABELA 04 - Frequência de violência patrimonial registrada contra a mulher no Brasil, entre os anos de 2006 a 2011, por tipo:

Frequência de violência patrimonial		
Tipo: Patrimonial		
Ano	Frequência	%
2011	1.227	27,30
2010	1.840	41,00
2009	817	18,00

2008	459	10,30
2007	152	3,40
Total	4.495	100
Tipo: Cárcere privado		
2011	343	28,30
2010	447	37,00
2009	120	10,00
2008	178	14,70
2007	123	10,00
Total	1.211	100

FONTE: Presidência da República (PR), 2012.

Já quando analisado a frequência de relatos de violência patrimonial relacionado ao “cárcere privado”, foi evidenciado que o ano de 2010 obteve o maior somatório efetivando 37% (n=447) casos, e no ano de 2007 e 2009 respectivamente, se constatou um total de 10% (n=120) cada ano. Quando analisada a violência direcionada a pessoa do sexo feminino registrada no Brasil entre os anos de 2007 à 2011, por tipo de relação com a vítima, foram identificados enquanto agressores, amigo, companheira de relação homoafetiva, companheiro, cônjuge, ex-marido, filho, irmão e pai, conforme apresentado junto à tabela de número 05.

TABELA 05 – Violência registrada contra a mulher no Brasil entre os anos de 2010 e 2007, por tipo de relação com a vítima:

Tipo de relação com a vítima: Amigo		
Ano	Frequência	%
2011	202	6,75
2010	362	12,10
2009	1.050	35,09
2008	859	28,71
2007	519	17,35
Total	2.992	100
Tipo de relação com a vítima: Relação homoafetiva (companheira)		
2011	79	0,65
2010	10.002	81,73
2009	692	5,65
2008	1.289	10,53
2007	176	1,44
Total	12.238	100
Tipo de relação com a vítima: Companheiro		

2011	27.222	39,27
2010	31.824	45,91
2009	10.266	14,82
2008	-	-
2007	-	-
Total	69.312	100
Tipo de relação com a vítima: Cônjuge		
2011	14.647	18,40
2010	21.246	26,69
2009	17.789	22,34
2008	15.494	19,46
2007	10.437	13,11
Total	79.613	100
Tipo de relação com a vítima: Ex-marido		
2011	6.850	36,43
2010	9.579	50,94
2009	2.376	12,63
2008	-	-
2007	-	-
Total	18.805	100
Tipo de relação com a vítima: Filho		
2011	1.158	28,82
2010	1.412	35,15
2009	734	18,27
2008	482	11,99
2007	232	5,77
Total	4.018	100
Tipo de relação com a vítima: Irmão		
2011	1.041	27,74
2010	1.301	34,65
2009	718	19,13
2008	431	11,50
2007	262	6,98
Total	3.753	100
Tipo de relação com a vítima: Pai		
2011	445	25,87
2010	625	36,33
2009	312	18,14
2008	207	12,05

2007	131	7,61
Total	1.720	100

FONTE: Presidência da República, 2012.

Na categoria que analisou o tipo de relação que a vítima possuía com o agressor, sendo o mesmo caracterizado enquanto “amigo”, foi identificados um total de 2.992 registros, sendo que o ano de 2009 apresentou a maior frequência com 35,09% (n=1.050) e o ano de 2011 apresentou a menor frequência com 6,75% (n=202). Já na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo identificado enquanto “companheira de relação homoafetiva”, foi evidenciado um total de 12.238 registros, sendo que o ano de 2010 foi aquele que apresentou a maior frequência com 81,73% (n=10.002) e o ano de 2011 a menor frequência com 0,65% (n=79).

Na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo entendido enquanto “companheiro”, foi possível verifica um total de 69.312 registros, sendo que o ano de 2010 apresentou a maior frequência com 45,91% (n=31.824) dos casos registrados e o ano de 2009 a menor frequência com 14,82% (n=10.266) dos casos identificados. Nessa categoria, os anos de 2007 e 2008 não obtiveram nenhum registro.

Já na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo caracterizado enquanto “cônjuge”, foram identificados um total de 79.613 registros, sendo que o ano de 2010 foi aquele dentre os analisados que obteve a maior frequência com 26,69% (n=21.246) dos registros e o ano de 2007 obteve a menor frequência com 13,11% (n=10.437) dos registros.

Na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo “ex-marido”, foram identificados um total de 18.805 registros, sendo que o ano de 2010 obteve a maior frequência com 50,94% (n=9.579) dos casos e, o ano de 2009 obteve a menor frequência com 12,63% (n=2.376) dos casos. Nessa categoria, os anos de 2007 e 2008 não foram identificados registros.

Já na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo o próprio “filho”, foram registrados um total de 4.018 casos identificados, sendo que o ano de 2010 foi aquele que registrou a maior frequência com 35,15% (n=1.412) casos registrados o ano de 2007 somou a menor frequência com 5,77% (n=232) dos casos. Na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo identificado enquanto “irmão”, foram registrados um total de 3.753 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele que somou a maior

frequência totalizando 34,65% (n=1.301) casos e o ano de 2007 somou a menor frequência com 6,98% (n=262) dos casos.

Na categoria que analisou o tipo de relação da vítima com o agressor, sendo o mesmo identificado enquanto o “pai” da vítima, foram registrados um total de 1.720 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele que atingiu a maior frequência com 36,33% (n=625) dos casos e, o ano de 2007 constituiu a menor frequência somando um total de 7,61% (n=131) dos casos identificados.

Outra forma de análise da violência sofrida pelo ser feminino no período em análise e que chamou atenção, foi pela frequência temporal com que esse fenômeno foi identificado e registrado, conforme exposto junto a tabela de número 06.

Quando analisada a frequência da violência direcionada a mulher na categoria “diariamente” foi registrado um total de 131.407 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele com a maior frequência registrando 35,40% (n=46.536) e o ano de 2007 foi aquele com a menor frequência somando um total de 6,95% (n=9.146) casos.

06 – Violência realizada contra a mulher no Brasil entre os anos de 2010 e 2011, por frequência de violência sofrida:

102

Frequência da Violência: Diariamente		
Ano	Frequência	%
2011	31.303	23,80
2010	46.536	35,40
2009	28.606	21,75
2008	15.916	12,10
2007	9.146	6,95
Total	131.407	100,00
Frequência da Violência: Semanalmente		
2011	11.568	28,80
2010	18.281	44,00
2009	5.186	12,00
2008	3.939	9,50
2007	2.395	5,70
Total	41.369	100,00
Frequência da Violência: Mensalmente		
2011	2.822	26,83
2010	4.443	42,24
2009	1.447	13,76

2008	1.018	9,67
2007	790	7,5
Total	10.520	100,00
Frequência da Violência: Raramente		
2011	4.905	31,12
2010	6.506	41,25
2009	1.791	11,35
2008	1.425	9,03
2007	1.143	7,25
Total	15.770	100,00
Frequência da Violência: Uma Vez		
2011	2.782	22,96
2010	4.277	35,30
2009	2.262	18,66
2008	1.630	13,45
2007	1.166	9,63
Total	12.117	100,00

FONTE: Presidência da República, 2012.

Já quando analisada a frequência da violência direcionada a mulher na categoria “semanalmente”, foi identificado um quantitativo total de 41.369 casos, sendo que o ano de 2010 obteve a maior frequência somando um total de 44% (n=18.281) e o ano de 2007 foi aquele com a menor frequência, somando um total de 5,70% (n=2.395).

Na categoria que analisou a frequência da violência direcionada a mulher na categoria “mensalmente”, foi registrado um total de 10.520 casos, sendo que o ano de 2010 foi aquele que registrou a maior frequência com 42,24% (n=4.443) e o ano de 2007 registrou a menor frequência com 7,5% (n=790).

Quando analisada a frequência da violência direcionada a mulher na categoria “raramente”, foi registrado um total de 15.770 casos, sendo que o ano de 2010 registrou a maior frequência no período analisado com 41,25% (n=6.506) e o ano de 2007 registrou a menor frequência com 7,25% (n=1.143). Já quando analisada a frequência da violência direcionada a pessoas do sexo feminino na frequência uma (01) vez, foi verificado um total de 12.117 casos, sendo que o ano de 2010 obteve a maior frequência com 35,30% (n=4.277) de casos e o ano de 2007 obteve a menor frequência com 9,63% (n=1.166) dos casos.

ANÁLISE DE DADOS:

Analisando a frequência da violência cometida contra a mulher, foi possível constatar que na categoria “diariamente” apresentou maior prevalência em todo período pesquisado, sendo que o ano de 2010 teve maior quantitativo. Nesse sentido, houve associação estatística entre as categorias frequência da violência e o ano ($P=0,001$).

Já avaliando o índice de tempo de relação com o agressor, se verificou que houve uma variação de prevalência entre as durações de relacionamentos propostos durante o período analisado onde, a maior frequência ocorreu no ano de 2011 entre vínculos com 10 anos ou mais. Nesse sentido, foi possível constatar ainda que ocorreu associação estatística entre as categorias tempo de relação do agressor e o ano ($P=0,000$).

Quando analisado o tipo de relação existente entre a vítima com o agressor, foi constatado que a maior frequência de agressões registradas ocorreu na categoria analítica companheiro e no ano de 2010. A análise permitiu identificação na associação estatística existente entre as categorias relação da vítima com o agressor e o ano ($P=0,000$).

Já quando analisado o quantitativo de registros de violência doméstica e familiar, registrada no Brasil durante o período analisado, foi evidenciado que o ano de 2010 apresentou o maior número de ocorrências. Através da análise, foi possível verificar que houve associação estatística entre as categorias violência doméstica e familiar e o ano ($P=0,000$).

Analisando os tipos de atendimentos realizados, a maior frequência ocorreu nos serviços de telefonia no ano de 2010 onde, a análise permitiu verificar associação estatística existente entre as categorias tipos de atendimentos realizados e o ano ($P =0,000$).

Já na análise desenvolvida com relação dos filhos da vítima e da violência, foi possível evidenciar que a grande maioria dos filhos da vítima presenciaram agressão, sendo que o maior quantitativo se apresentou no ano de 2010. A análise desenvolvida proporcionou associação estatística entre as categorias relação dos filhos com a vítima e o ano ($P =0,000$).

Considerando as categorias tipos de violência física infligidos contra pessoas do sexo feminino, foi possível verificar que entre as subcategorias agressões e lesão corporal leve, apresentaram o maior quantitativo, sendo que o ano de 2010 evidenciou maior prevalência. Nesse sentido, a análise demonstrou associação estatística existente entre as categorias agressão física e o ano ($P=0,000$).

Na análise desenvolvida sobre os tipos de agressão psicológica registradas, foi possível perceber que a categoria “ameaça”, constituiu os maiores índices de ocorrências, sendo que o

ano de 2010 apresentou a maior frequência. Desta forma, é possível perceber ainda associação estatística nas categorias “agressão psicológica” e “ano” ($P=0,000$).

Quanto à categoria “agressão moral”, foi possível notar que o maior quantitativo está relacionado à categoria “difamação” em todo período analisado, onde, o ano de 2010 apresentou maior prevalência dentre as analisadas. Desta forma, foi possível identificar ainda associação estatística entre as categorias interpretativas “agressão moral” e “ano” ($P=0,000$).

No que se refere a categoria analítica “agressão sexual”, foi possível evidenciar que a categoria “estupro” destaca-se com o maior quantitativo no ano de 2010. Desta forma, faz-se evidente associação estatística no que se refere às categorias “agressão sexual” e o “ano” ($P=0,000$). Já quando investigada a categoria “violência patrimonial”, percebeu-se maior frequência no ano de 2010, entretanto, não foi possível calcular associação estatística (P) entre estas variáveis.

Nos outros tipos de agressão dirigida ao ser feminino, foi possível notar maior quantitativo no ano de 2010 e, desta forma, sendo possível analisar ainda a categoria “cárcere privado”, sendo aquela dentre as analisadas, como a que obteve maior frequência também no ano de 2010. Nesse sentido, não foi possível evidenciar associação estatística por meio do cálculo de P .

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Por meio do presente estudo, foi possível verificar uma ampliação no quantitativo de registros desenvolvidos no que se refere ao problema da violência direcionada ao ser feminino, no recorte histórico e geográfico analisado. Verificou-se ainda, a redução na frequência dos registros desenvolvidos deste lamentável e persistente fenômeno social no ano de 2011, fruto de uma complexa gama de ações sociais, políticas públicas, elaboração e promulgação de instrumentos legislativos, dentre numerosas formas organizadas de mitigação desta questão histórica.

O grande quantitativo de casos registrados, bem como, o processo de “tipificação” e de análise da “morfologia” deste complexo crime, apontam para a indiscutível importância disponibilizada pelos vários campos sociais constitutivos e também, em todas as esferas nacionais de atuação.

Essa evidência sugere o impacto provocado pelo diploma legislativo de número 11.340, de 07 de agosto de 2006, que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar

contra a mulher, bem como das várias políticas públicas implementadas com esse fim”, e ainda, os esforços desenvolvidos por toda sociedade civil e política, objetivando reduzir e conter seus efeitos sobre na contemporaneidade e sobre as futuras gerações.

O problema da violência contra a mulher, se configura na atualidade enquanto “lamentável” e “ruidosa” questão interdisciplinar e intersetorial, onde, todas os integrantes da sociedade, devem somar e multiplicar os seus esforços e ações desenvolvidas, objetivando permitir com que o cuidado e a defesa integral dos direitos inalienáveis à criatura humana, sejam de forma plena e eficiente salvaguardados.

Nesse sentido, o papel social que se espera de todos os integrantes de uma sociedade fraterna, justa, igualitária e equânime, se constitui enquanto condição *sine quan non* para o combate, o controle e a real redução dos casos de violência contra o ser feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARROS, H.M. et al. (2008). Neuroscience education for health profession undergraduates in a call-center for drug abuse prevention. Drug Alcohol Depend. v.98, n.3:pp. 270-274.

BONFIM, Elisiane Gomes; LOPES, Marta Julia Marques; PERETTO, Marcele. (2010). Os registros profissionais do atendimento pré-natal e a (in)visibilidade da violência doméstica contra a mulher. Esc. Anna Nery. vol.14, n.1: pp.97-104. ISSN 1414-8145.

BORSOI, Tatiana dos Santos; BRANDÃO, Elaine Reis; CAVALCANTI, Maria de Lourdes Tavares. (2009). Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do Rio de Janeiro. Interface – Comunic, Saude, Educ. v.13, n.28: pp.165-74.

CORSI, J. (org). (2003). Maltrato y abuso en el ambito doméstico. Buenos Aires: Paidós.

FONSECA, Arilton Martins; et al. (2009). Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil. Revista Saúde Pública. v.43, n.5: pp.743-752.

GADONI-COSTA, Lila Maria; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. (2009). Mulheres em situação de violência doméstica: vitimização e coping. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia. v.2, n.2: pp.151-159.

GARCIA, Marilúcia Vieira; et al. (2008). Caracterização dos casos de violência contra a mulher atendidos em três serviços na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública. v.24, n.11: pp.2551-2563.

GIORDANI, Anecy Tojeiro (2006). Violências contra a Mulher. São Paulo: Yendis.

GOMES, Nadirlene Pereira; et al (2009). Enfrentamento da Violência Doméstica contra a mulher a partir da interdisciplinaridade e intersetorialidade. Revi enferm. UERJ. v.17, n.1: pp.14-17.

HERMANN, Leda Maria (2007). Maria da Penha Lei com nome de mulher: violência doméstica e familiar. Considerações à Lei n.º 11.340/2006 comentada artigo por artigo. Servanda: Campinas.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; et al. (2009). Atendimento aos usuários em situação de violência: concepções dos profissionais de unidades básicas de saúde. Rev Gaúcha Enferm. v.30, n.4: pp.625-632.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de; et al. (2012). Análise espacial da violência doméstica contra a mulher entre os anos de 2002 e 2005 em João Pessoa, Paraíba, Brasil. Cad. Saúde Pública[online]. v.28, n.6: pp. 1111-1121.

OKABE, Irene; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da; (2009). Violência contra a mulher: contribuições e limitações do sistema de informação. Rev. esc. enferm. USP. v.43, n.2: pp.453-458.

PINTO, KAREN DAIANY APARECIDA. (2009). A Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade nas relações homoafetivas e de namoro. Curitiba. XXVII Curso de Preparação à Magistratura. Escola da Magistratura do Estado do Paraná. p.76.

PORTO, Madge (2006). Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS. Psicologia ciência e profissão. v.26, n.3:pp.426-439.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2006). Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível e: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 16 out 2014.

SALIBA, Orlando; GARBIN, Cléa Adas Saliba; GARBIN, Artênio José Ispere; DOSSI, Ana Paula. (2007). Responsabilidade do profissional de saúde sobre a notificação de casos de violência doméstica. Revista Saúde Pública. v.41, n.3:pp.472-477.

108

SANTOS, Ariane Gomes dos; NERY, Inez Sampaio; RODRIGUES, Danielle Carvalho; MELO, Ariel de Sousa. (2010). Violência contra gestantes em delegacias especializadas no atendimento à mulher de Teresina- PI. Rev. Rene. v.11: pp.109-116.

SCHRAIBER, Lília Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia PL; FRANCA-JUNIOR, Ivan; PINHO, Adriana A. (2002). Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. Rev. Saúde Pública. v.36, n.4:pp.470-477.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; PORDEUS, Augediva Maria Jucá; FERREIRA, Renata Carneiro; MOREIRA, Deborah Pedrosa; MAIA, Potívea Bezerra; SAVIOLLI, Kátia Costa. (2008). Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. Saúde soc. São Paulo. v.17, n.3: pp.113-125.

AGRADECIMENTOS:

Os autores do presente estudo agradecem a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (SNEVM) da Presidência da República (RP), pela generosidade e presteza na disponibilização dos dados utilizados na construção desta pesquisa.